



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638676 - DF (2021/0001525-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS - DF008161
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS
PACIENTE : ERICK LOPES DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ERICK LOPES DO NASCIMENTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (Agravado em Execução Penal n. 0739703-27.2020.8.07.0000).

O paciente cumpre pena de 17 anos e 8 meses de reclusão em regime fechado, pela prática dos crimes de tráfico e roubo.

O Tribunal de origem manteve a decisão que indeferiu o benefício de prisão domiciliar humanitária com base na seguinte fundamentação (fls. 445-448):

Excepcionalmente, segundo a jurisprudência do eg. Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, poderá ser concedida a prisão domiciliar em caso de regime prisional diverso do aberto, em hipóteses excepcionais, como no caso de doença grave devidamente comprovada, bem como a impossibilidade de realização do tratamento necessário pelo estabelecimento prisional.

[...]

Pela leitura do Relatório da Situação Processual Executória acostada aos autos (ID 19523312- fls. 386/387), verifica-se que o agravante foi condenado pela prática dos delitos de tráfico e roubo, à pena total de 17 (dezessete) anos e 8 (oito) meses de reclusão, unificada, no regime fechado.

Dentre os documentos que instruem o presente recurso, nota-se que consta Relatório Médico atestando que o recorrente não apresenta queixas quanto a sua saúde e que não havia registro de comorbidades em seu prontuário médico institucional (ID 19523312 – fls. 25/26 e 343/344).

Destaca-se que apesar de a Defesa ter colacionado aos autos prontuário médico oriundo do Hospital Regional de Santa Maria comprovando que

no ano de 2012 o agravante foi submetido a procedimento cirúrgico na região do tórax em decorrência de agressão sofrida por disparo de arma de fogo que, por sua vez, atingiu parte de seus pulmões, há de se registrar que não há nos autos informações acerca do grau de comprometimento de seus pulmões (ID 19523312 – fl. 88).

Logo, com supedâneo nos elementos probatórios acostados aos autos, não se constata a comprovação de que o recorrente possua estado de saúde debilitado a demonstrar acentuado risco em face de eventual contágio pelo COVID-19.

Além disso, é certo que não restou demonstrado que a equipe médica do presídio não possa pessoalmente prestar a devida assistência ao interno ou encaminhá-lo para o devido atendimento na rede pública de saúde.

Pelo contrário, a d. magistrada em sua decisão, apontou que a quo, “a autoridade custodiante está prestando toda a atenção necessária ao sentenciado, conforme se extrai do campo saúde do Sistema SIAPEN/WEB, onde consta que ele vem sendo regularmente atendido pela equipe de saúde local e recebe a ID 19523312 – fls. 362/365). medicação necessária para manutenção do seu quadro de saúde estável” (ID 19523312 – fls. 362/365).

A par desses registros, urge pontuar que medidas preventivas contra o coronavírus tem sido adotadas pela Vara de Execuções Penais, em especial, o isolamento dos custodiados integrantes do grupo de risco do COVID-19 do restante da população carcerária.

A impetrante sustenta deve ser o paciente posto em prisão domiciliar, uma vez que faz parte do grupo de risco da covid-19.

Requer, liminarmente, a concessão de prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente